

A QUALIDADE DA TERRA E A TEMPERANÇA DOS ARES NA AMÉRICA PORTUGUESA: A NOSOGRAFIA DOS TRÓPICOS NO TESTEMUNHO DE UMA VISÃO EUROPEIA

DOI: 10.5935/2177-6644.20170027

THE EARTH QUALITY AND THE AIR TEMPERANCE IN PORTUGUESE AMERICA: THE TROPICS NOSOGRAPHY IN THE EUROPEAN VISION TESTIMONY

LA CALIDAD DE LA TIERRA Y LA TEMPLANZA DE LOS ARES EN LA AMÉRICA PORTUGUESA: LA NOSOGRAFIA DE LOS TRÓPICOS EN TESTIMONIO DE UNA VISIÓN EUROPEA

Eulália Maria Aparecida de Moraes *

Resumo: A edenização da América, presente nos relatos de viajantes, são imagens que reafirmariam ideais consolidados no Velho Mundo; contornos de um Paraíso que, em alguns momentos, se transforma em inferno povoado de animálculos. Objetivamos analisar as ponderações desta natureza que estando “debaixo da zona tórrida, nela habitam os seus naturais muito contentes, e não a desgostam dela, nem a rejeitam os europeus” (DANIEL, 1, 2004, p.77). Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) referiu-se à “qualidade” da madeira ou da carne do peixe-boi, mas salienta as condições nocivas desta natureza repleta de doenças infectocontagiosas como a cólera, as lombrigas, a desinteria; a inflamação do ânus ou o “Maldelculo”, as bexigas e o sarampo (FERREIRA, s/d, p.743). Nos estudos das fontes documentais há uma construção do método de observação e experimentação dos fenômenos naturais. No século XIX os tratados epidemiológicos das doenças tropicais são analisados sob a lente da teoria microbiana, mas é no século XX que se conclui que as populações nativas estiveram abrigadas das pandemias que o Velho Mundo há muito conhecia.

Palavras-chave: Nosografia. América Portuguesa. Natureza.

Abstract: The America edenization, present at the travelers reports, are images that reaffirms the "Old World" consolidated ideas; a Paradise outline that, in certains moments, turn into a hell populated by animalcules. Our goal is to analyze the ponderations from this nature, that is "under the torrid zone, in it inhabit its natural very happy, and do not dislike it, nor the Europeans reject it" (DANIEL, 1, 2004, p.77). Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) refered the wood or the manatee meat "quality", but highlights the nocive conditions from this nature, full of infectious diseases like cholera, worms, dysentery; anus inflammation ou o "Maldelculo", the bladder and measles (FERREIRA, s/d, p.743). Exists, in the documental source study, a method of observation and experimentation construction, of the natural phenomenon. In the 19th century, the tropical diseases epidemiological treaties were analyzed under the microbial lens theory, but it's only in the 20th century the conclusion that the native population were sheltered from pandemics already that the Old World already knew.

Keywords: Nosography. Portuguese America. Nature.

Resumen: El edenização de América, presente en relatos de viajeros, son imágenes que reafirmariam ideales consolidado en el Viejo Mundo; contornos de un paraíso que, a veces, se convierte en un infierno poblada de animálculos. El objetivo fue evaluar el peso de esta naturaleza a estar "bajo la zona tórrida, habitan en su encantados natural, no desagrada, o rechazar los europeos" (Daniel 1, 2004, p77). Alexander

* Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), campus de Paranaíba. Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. E-mail: eulaliamoraes@hotmail.com

Rodrigues Ferreira (1783-1792) se refere a la "calidad" de madera o de carne de buey pescado, pero subraya condiciones perjudiciales de esta naturaleza lleno de enfermedades infecciosas tales como el cólera, gusanos, disentería; inflamación del ano o "Maldelculo", vejigas y sarampión (Ferreira, s/d, p.743). En los estudios de fuentes documentales hay una construcción del método de observación y la experimentación de los fenómenos naturales. En el siglo XIX epidemiológica de enfermedades tropicales tratadas se analizaron a través de la lente de la teoría de los gérmenes, pero en el siglo XX, que concluyeron que las poblaciones nativas estaban protegidos pandemias que el viejo mundo ha sabido por mucho tiempo.

Palabras clave: Nosografia. América Portuguesa. Naturaleza.

Introdução

No início do século XVI circularam pela Europa juntamente com as cartas de Américo Vespucci, algumas xilogravuras.¹ Mais precisamente em 1556, na obra *Della Navegationi e Viaggi*, de Giovanni Battista Ramusio, uma carta de Gonzalo Fernández de Oviedo foi publicada. Nela o cronista da nascente América narra as façanhas de Francisco Orellana pelo que chamou o “rio das Amazonas”. A extravagância desta ou daquela notícia dada pelos conquistadores e cronistas estrangeiros que buscaram tornar visível a América opõe-se sobremaneira ao comportamento sigiloso de Portugal. A carta de Pero Vaz de Caminha com as primeiras notícias da Terra de Vera Cruz só foi publicada no século XVIII na Europa e no Brasil em 1817, por Aires de Casal – as duas publicações com cortes de censura.

O impacto que sua divulgação, no século XVI, provocaria no imaginário europeu só é possível deduzir quando, por exemplo, analisamos as duas visões dos navegantes europeus Cristóbal Colombo e Américo Vespucci. Colombo seria aquele que inauguraria a idade moderna com a chegada ao Novo Mundo, contudo viveu-a sob um imaginário cuja descoberta do outro a encontrava em si mesmo e de tal forma sua fé o fez crer que igualmente o fez ver, creditando sua descoberta ao Paraíso Bíblico, conforme trechos de sua carta aos reis católicos. Já Américo Vespucci acreditava terem chegado a um “novo

¹ Durante cerca de 200 anos, significativo número de europeus, especialmente europeus protestantes, conheceram a história dos povos do Novo Mundo através dos olhos de um homem: Theodor de Bry. A enorme popularidade de suas *Grandes Viagens* permite afirmar que a América dos europeus dos séculos XVII e XVIII foi a América de De Bry. Era a ele a quem os leitores da época recorriam para descobrir a aparência e os costumes dos povos e da fauna americana. Refugiado protestante oriundo de Lieja, De Bry se estabeleceu em Frankfurt (Alemanha) como impressor y gravador. Em 1587, visitando a Inglaterra, conheceu Le Moyne e surge a ideia da edição de uma obra que retratasse a vida do Novo Mundo de uma maneira nova, com mais qualidade visual e com descrições minuciosas tanto dos indígenas como dos animais do Novo Mundo. Nasce daí o projeto do livro *América*, que foi composto de 1590 a 1634. Trata-se de uma época na qual as concepções artístico-documentais dos viajantes ultramarinos eram em sua maioria concebidas em madeira. Havia, portanto, pouca sofisticação de traços e detalhes, posto que essa técnica limitasse o trabalho do artista. De Bry foi um pioneiro na gravação em cobre (que permite uma riqueza de detalhes e cores muito maior), executando dessa maneira mais de 340 reproduções e descrições de tribos, ambientes e animais. TEODORO DE BRY (1992).

mundo” e dessa forma, na sua carta, localiza-o geograficamente ao descrevê-lo para Sua Majestade Isabel, a Católica, rainha de Castela de Leon. E enquanto os funcionários das Coroas, viajantes e religiosos respondiam pelas informações desses “mundus novus”, a natureza passaria por contínua identificação (TODOROV, 1983).

Na América Hispânica (1527) o bispo de Chiapas, frei Bartolomeu de Las Casas, ao escrever a *Historia de las Índias*, referiu-se à América como “Sítio Sagrado” –, considerando a sapiência dos homens doutos, ao situarem o paraíso de deleite abaixo do Trópico de Capricórnio. Ainda que desconsideremos o exagero das literaturas quando se trata das descrições do Novo Mundo e, em especial, as notícias dadas pelos viajantes, cronistas ou naturalistas, religiosos ou não, há, em todos eles, uma contínua preocupação em dar informes sobre a natureza, mesmo que do ponto de vista da alimentação. Assim se manifesta, em 1639 o Pe. Alonso Rojas na obra *Relación Del Descubrimiento Del Río de las Amazonas, hoy S. Francisco del Quito, y Declaración del Mapa donde Esta Pintado*. Declara o jesuíta que, enquanto Luciano celebrou a felicidade da terra irrigada pelo Nilo em versos...

No necesitan las provincias vecinas del río de las Amazonas de los extraños bienes; el río es abundante de pesca, los montes de caza, los aires de aves, los árboles de frutas, los campos de mieses, la tierra de minas, como después veremos. Este nuevo Ganges, pues, este alegre Eufrates, este fecundo Nilo, es el que Dios ha descubierto en este siglo para a gloria de la corona de España y para bien de infinitas almas [...]. Tienen los indios mucha carne de monte, como son dantas, venados, puercos monteses, ycoteas, pacas, conejos y otros animales comestibles. Hay en la montaña gran suma de monas de diferentes maneras, algunas tan grandes, que muerta una, no la pudo cargar un negro [...] Las frutas son muchas y diferentes, todas las que son propias de Indias mejores y más regaladas que en otras partes. En algunas provincias hay cana dulce muy gruesa y por todo el río infinidad de cacao, tanto que se pueden cargar naos; de tabaco hay mucho, y beneficiado es muy bueno. Todas las provincias vecinas a este río son de tal temple, que ni hay calor que enfade ni frío que fatigue, ni variedad que sea molesta, sino una primavera continúa. A las mañanas hace algún frío y todo el año es uniforme, porque no varían los tiempos por estas tierras. Debajo de la línea los días son iguales. Los campos que non están con sementeras, producen flores y los más llevan gran cantidad de batatas sin beneficio de la tierra, sino que de suyo las produce. (PAPAVERO et al., 1999, p. 3-5).

Na América portuguesa do século XVI, Pero Magalhães Gandavo, ao escrever seu *Tratado de Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz e que Vulgarmente Chamamos Brasil* afirma que a principal causa que o levou a escrever é que passados setenta anos que

“esta Provincia he descoberta” até agora ninguém empreendeu a tarefa de “sair com ella a luz”. Acredita que a história “esteve sepultada em tanto silencio, pelo pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma provincia [...], condição que explica faltarem na terra pessoas de engenho e curiosas...” (GANDAVO, 1964, p. 23). Escreve, portanto a fim de que a fama seduza “muitas pessoas que nestes Reinos vivem com pobreza e não duvidem escolhe-la para seu remédio”. Neste caso, a escrita rica de detalhes apresenta ressonância à visão do Paraíso quando se refere à América portuguesa. Pero Magalhães Gandavo descreve a localização, a extensão da terra, as atividades produtoras, a população e ainda acrescenta aquilo que considera possibilidades colonizadoras. Com clara demonstração de propaganda afirma que “Esta Provincia he à vista mui deliciosa e fresca em gram maneira: toda està vestida de mui alto e espesso arvoredado, regada com as aguas de muitas e mui preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra” e refere-se à comedida natureza que deu provimento “na temperança dos ares, que nunca nella se sente frio nem quentura” (GANDAVO, 1964, p. 27-28).

“Cousas Notáveis” da Terra dos *brasis*

Tendo por propósito a comercialização do pau-brasil, no século XVI a costa litorânea da América Lusitana foi invadida por frequentes embarcações estrangeiras. Neste caso, a despeito da política de sigilo, boa parte do conhecimento da América Lusitana foi relatada pelos invasores que neles imprimiram seu juízo de valor a respeito da Terra dos *brasis*. Destacam-se as invasões francesas no Rio de Janeiro, com a tentativa de fundar a França Antártica (1555- 1560) ou no Maranhão a França Equinocial (1612). Durante o século XVI navegantes franceses disputaram com os portugueses a prioridade dos ancoradouros perseguindo a mesma rota a caminho da América. Dessas viagens resultaram registros de grande valor para o conhecimento histórico e etnográfico, a exemplo de três viajantes: os franceses André Thevet (1555) e Jean Léry (1578) e o alemão Hans Staden, que para a América viajou como arcabuzeiro² na expedição do Almirante Sanabria.³

Acompanhando o Almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, o monge franciscano André Thevet (1503-1592) escreveria a obra *Les Singularitez de la France Antarctique* (1557), obra que foi publicada com 41 xilografuras – não confirmadas serem

² Arcabuzeiro: fabricante de arcabuzes; indivíduo armado de arcabuz – antiga arma de fogo.

³ Almirante Sanabria é destacado para substituir Cabeza de Vaca no Paraguai.

de sua autoria. Trata-se de trabalho importante para aqueles que se iniciam nos estudos brasilianistas e não seria a única publicação do franciscano, que se considerava um cientista moderno. Ocorre, contudo, que as incongruências o distinguem como valoroso cronista quinhentista, confirmando isto sim, uma formação humanista, dadas as referências aos clássicos Estrabão, Plínio e Diodoro. Suas descrições da fauna, da flora ou do gentio são repassadas por uma narrativa comparativa, mesmo quando não há similar europeu. Como por exemplo, ao descrever a Preguiça (*Choloepus didactylus*, Linnaeus, 1758), também denominada entre os indígenas “ai” ou “aiti”. Entendendo que as experiências narradas são específicas do “novo mundo”, André Thevet, em um lampejo biogeográfico, explica ao seu leitor que tanta diversidade de animais e vegetais não se distribui de forma análoga por todas as regiões (THEVET, 1978, p.169).

No mesmo período permaneceu no Forte Coligny, na Baía de Guanabara, o calvinista Jean de Lèry (1556-1558). Natural de Genebra, quando regressou à Europa seus escritos – *Histoire d'un Voyage Fait en la Terre du Brésil* – foram publicados tardiamente (1578), mas a sequência de seis edições e a tradução latina assegurou a difusão por toda a Europa. De significativa representação, a iconografia que acompanha as narrativas do calvinista não deixa dúvidas quanto à intencionalidade que fez do livro um sucesso traduzido para o holandês, o alemão e latim – período em que esta ainda era língua universal –, fazendo-o popular até o século XVIII, quando outros exóticos vieram a substituí-lo. As iconografias retratando os costumes e rituais antropofágicos dos selvagens são ressaltadas com a moralidade cristã da época e em determinado momento a imagem narra o que seria uma visão geral do Brasil e do índio – em especial do Tupinambá – com o qual viveu durante algum tempo. O calvinista Lèry menciona que o nativo admira-se de todo o trabalho que o europeu executa atravessando o oceano em busca do seu “arabutan” (pau brasil) e narra:

Uma vez um velho perguntou-me: Por que vindes vós outros, maírs e perôs (franceses e portugueses) buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra? Respondi que tínhamos muita mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como êle o supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam êles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente: e porventura precisais de muito? - Sim, respondi-lhe, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só dêles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados. - Ah! retrucou o selvagem, tu me contas maravilhas,

acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: Mas êsse homem tão rico de que me falas não morre? - Sim, disse eu, morre como os outros (LÉRY, 1998, p. 37).

Concluí do diálogo que os nativos são grandes discursadores, costumam ir até o fim em qualquer assunto e que “esses pobres selvagens americanos, que reputamos bárbaros, desprezam àqueles que com perigo de vida atravessam os mares em busca de pau-brasil e de riquezas” (LÉRY, 1998, p. 38). Em outros momentos as ausências são evocadas para afirmar o quanto o “país era totalmente deserto e inculto” e sem acomodações que pudessem ser abrigos para quem chegava: “Ao contrário, havia gente arisca e selvagem, sem nenhuma cortesia nem humanidade”. O calvinista chama a atenção às diferenças de costumes e a falta de instrução porque os nativos não possuem religião “nem conhecimento algum da honestidade ou da virtude, do justo, e do injusto, a ponto de me vir à mente a ideia de termos caído entre animais com figura de homens” (LÉRY, 1961, p. 37).

Quanto à fauna e à flora entretém-se a descrição buscando acima de tudo, situá-las num contexto de utilidade, referindo-se ao sabor, ao aproveitamento total ou parcial e para quantas pessoas serve de lauto repasto. Ao se referir ao clima equatorial, apresenta-o como doentio, assegurando que “as chuvas das vizinhanças do Equador não só são fétidas como molestas; caindo nas carnes de alguém provocam pústulas e grossas empôlas, chegando mesmo a manchar e estragar as roupas” (LÉRY, 1961, p. 67). O desconforto causado pelas chuvas fétidas encontra similar julgamento em Thévet e outros desde 1503. Com isso se pretende justificar o pensamento da debilidade da América, pensamento transformado em tese com o acenar da moderna ciência (Cf. GERBI, 1996).

Dos jesuítas temos valiosas informações por meio de suas “epístolas” – cartas que trocavam informações entre os religiosos em diversos pontos e regiões do alcance colonizador, além dos Reis Ibéricos e Padre Geral. Veículos de divulgação da própria Ordem, impecavelmente cultos e de formação humanista, procuravam entender a natureza e como resultado de suas observações descreviam a flora, a fauna e de forma especial as populações nativas. Suas descrições conquanto repassadas de proselitismo jesuítico exibem escritos que resultaram em excepcional conjunto de informações sobre a Terra do *brasis* e seus habitantes.

José de Anchieta, Manuel da Nóbrega e Fernão Cardim (1584) também fizeram alusão ao Jardim do Éden ao se referirem à América portuguesa. Descreveram as

amenidades do clima em um discurso que louva o equilíbrio da temperatura, lugar onde não se sente nem muito frio, nem muito calor. Fernão Cardim, alentejano em terras de Brasil revela-se excelente observador dos animais das plantas, enfim das “coisas notáveis” que aqui já existiam ou se cultivavam. O jesuíta João Daniel no século XVIII, também observou que a temperança da natureza americana desconhece os rigores do inverno, os campos estão sempre viçosos, as árvores vestidas numa “eterna primavera”. Analisa a possibilidade de a América ser o sítio do Paraíso Terreal – posto que alguns autores o afirmassem – e diz: “os que o põem na América têm neste convento, e tradição dos índios grande fundamento. A verdade é que os índios lhe têm tal respeito e veneração, que se não atrevem a morar nele [...]” (DANIEL, 2004, T1, p. 87-88).

Constroem, portanto, os religiosos em suas “epístolas”, especialmente nos relatórios informativos aos seus superiores – as narrativas de suas práticas religiosas, empreendimentos catequéticos, sucessos e insucessos. Através de seus relatos temos as primeiras informações detalhadas sobre as terras do *mundus novus*. São eles que intermediarão as representações simbólicas do cristianismo, da vida social em construção ao mesmo tempo em que decodificam a natureza desconhecida para o europeu. Na ótica cristã, concretizaram e formularam o entendimento do mundo natural e da existência do homem na América.

Quando, contudo, o processo de ocupação para colonização ganha o interesse do conquistador, a natureza impõe suas dificuldades. Aí sim, a geografia fantástica deixa de ser a caprichosa paisagem paradisíaca e a potencialidade do ecossistema aparece como natureza hostil que necessita da domesticação judaico-cristã. O meio natural carecerá da engenhosidade do “homem civilizado” que a conceberá como fonte de vida ou morte. Como herdeiro do direito natural divino,⁴ coube ao homem, representante do Criador, executar a natureza e extraí-la da contemplação, para torná-la objeto do pensamento utilitário (ASSUNÇÃO, 2000).

⁴ O Direito Natural e Divino aparece em diversos momentos, na Idade Moderna, como instrumento de legitimação das conquistas, mas tem significado expressivo no debate entre Bartolomeu de Las Casas e Juan Ginés de Sepúlveda, no século XV, no processo de conquista da América: “Se o homem não pode renunciar ao direito e à faculdade de defender-se e de servir de seus membros segundo sua vontade, ele tampouco pode, portanto, renunciar ao poder, pois este lhe pertence em virtude do direito natural e divino. Assim como também o Estado não pode de maneira alguma ser privado do poder de defender-se e proteger-se contra injustiças de seus súditos e dos estrangeiros, o que ele não pode fazer sem poderes públicos. [...] E não há nenhuma diferença quanto a essa obrigação entre os que conhecem o verdadeiro Deus, isto é, os cristãos, e os que não o conhecem e estimam verdadeira alguma divindade [...] pois a consciência errônea compromete e obriga com relação à consciência reta [...]” (LAS CASAS).

Nos relatos carregados de informações, as ausências na Terra dos *brasis* eram reveladores de que os religiosos – nesse caso, únicos elos com a cultura europeia – compartilhavam da demanda por um ideal de conquista. Na descrição do exótico, do maravilhoso e desconhecido as ausências revelavam o ideal de luta pela construção do domínio colonial que simbolizava a conquista. Cada autor deixa a impressão deslumbrada com suas experiências justificando-a sob a luz da fé católica. No decorrer dos séculos XVII e XVIII os viajantes buscaram uma sistematização de agrupamento dos seres da natureza, em uma ordem pré-científica relacionada ao conhecimento do universo. Os novos observadores buscaram um caráter científico ou físico, dentro de um entendimento moderno, onde a relação estabelecida com a natureza não é regida somente pela crença religiosa e preocupações morais.

No século XVII, marcado pela presença holandesa no Recife (1630 – 1654), há uma ocupação e controle das capitanias do norte, ao longo da costa leste da América portuguesa, tendo como primeiro governador-geral Johan Maurits van Nassau-Siegen (1637). As ambições de Nassau não se limitavam apenas ao comércio, à agricultura ou à conquista militar, mas se estendiam a todo o aspecto físico da colônia. Assim, atraído por Nassau um importante grupo de artistas e cientistas de grandes talentos empreenderam importantes trabalhos que registraram o encontro do Novo Mundo descortinado pela colonização. São ilustrações e descrições escritas da flora e da fauna da colônia, representações cartográficas e étnicas que se constituem registros documentais importantíssimos daquele período (BRIENEN, 2010).

Como resultado do esforço empreendedor de Johan Maurits van Nassau-Siegen em 1648 Guilherme Piso e George Marcgrav têm seus estudos impressos sob o título *Historia Naturalis Brasiliae*, um estudo da medicina tropical, com a descrição das doenças brasileiras. É na obra de George Marcgrav que pela primeira vez, se registram as virtudes da Ipeca (*Uragoga ipecacuanha* H. Bn., ou *Calliocoeca ipecacuanha*),⁵ para citar apenas um

⁵ A Ipeca (*Psychotria Ipecacuanha*) é reconhecida mundialmente como planta medicinal. O nome da planta em português - Ipecacuanha - origina-se da palavra nativa “I - Pe – Kaa – Guêne” que significa “planta de doente da estrada”. A Ipecacuanha é uma espécie medicinal conhecida popularmente como Ipeca, Ipeca-verdadeira, Poaia, Poaia-cinzenta dentre outras denominações. É planta nativas nas regiões sombrias e úmidas das florestas tropicais da América, com concorrência no Brasil, Colômbia, Venezuela, Peru, Equador, Bolívia, Guianas e América Central. Usada no tratamento antidiarreico, amebicida, expectorante e antiinflamatório, sabe-se hoje que nas raízes da Ipeca encontram-se dois alcaloides de grande valor farmacológico. A verdadeira Ipeca tem seu centro de origem no Brasil. Em “O Tratado sobre o Clima e Terra do Brasil” de Fernão Cardim (1540-1625), a Ipecacuanha aparece descrita pela primeira vez juntamente a outras espécies ditas pelos nativos, como medicinais. Contudo, as primeiras descrições detalhadas da ipecacuanha devem-se a Georg Markgraf (1610-

dos importantes trabalho de catalogação dos estudos da flora americana. No Brasil dos séculos de conquista colonizadora o princípio ativo da Ipecacuanha tornar-se-á medicamento heroico indicado para a disenteria recebendo, por isso, o nome de *raiz disentérica*. Esse fitoterápico consta na relação da botica do filósofo natural Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira⁶ e dele outros viajantes farão uso até meados do século XX, como antidisentérico (SANTOS, 2009).

A Natureza e a Nosografia credenciadas pela Ciência

Paralelamente ao desenvolvimento de uma nascente Ciência que mediante a representação, sistematiza e ordena a natureza extraindo-a das ideias transcientíficas, surge o que Capel-Saez (1999) chamou de confronto entre internalismo e externalismo em relação à ciência. Ao que se pode entender que o interno corresponde ao conjunto das atividades intelectuais que influem no pensamento científico, ou seja, as teorias e os métodos específicos da ciência. Quanto aos externos, trata-se de fatores que reúnem os conhecimentos que não são propriamente científicos, mas estão incorporados às práticas e às teorias científicas, influenciando-as sobremaneira. Para Capel-Saez (1999), a atitude do *laissez-faire* na ciência jamais existiu. Na Idade Moderna o Estado esteve presente e “apoiou a criação de instituições e de sociedades científicas, ainda que somente outorgando-lhes o direito do patronato real e legislando a respeito dos currículos de estudo” (CAPEL-SAEZ, 1999, p. 17).

Podemos considerar que, no contexto político setecentista contexto de conquistas e da corrida mercantilista a caminho de um imperialismo econômico ditado pelo conhecimento dos recursos naturais e do “outro”, a “*Philosophia Natural*”⁷ revestiu-se, também, de uma busca de conhecimento da natureza para uma aplicação utilitarista na economia política do Estado. A crescente secularização da Ciência com um quadro cada vez maior de pesquisadores laicos, ainda que de fé católica, seria de fundamental

1644) na *Historia Rerum Naturalium Brasiliae* e a Willem Piso (1611-1644), na *Historia Naturalis Brasiliae*, publicadas juntas em 1648.

⁶ Alexandre Rodrigues Ferreira, nascido em 1756 na Bahia – Salvador – brasileiro por nascimento graduou-se em *Philosophia Natural* em 1779, na renomada Universidade de Coimbra, no mesmo ano obtém grau de doutor. Foi indicado por Domenico Vandelli – cátedra em História Natural – para dirigir a expedição ao Brasil. Assim, o naturalista irá representar sobremaneira os interesses de Portugal na Colônia de 1783 a 1792.

⁷ Em 1761 Portugal reformado por Pombal funda o Real Colégio dos Nobres, com professores estrangeiros que foram convidados para compor a nova Cátedra em substituição aos jesuítas. A reforma passou a incluir uma Faculdade de “*Philosophia Natural*” em Coimbra, contemplado com o ensino das ciências físicas e naturais.

importância para o desenvolvimento do complexo processo de formação de uma mentalidade mais crítica e menos dogmática com uma abertura para a pluralidade conceitual, mesmo que sob a influência, em alguns momentos, da metafísica. Proença Rosa (2012) assegura ser de fundamental importância que nesse processo de “confrontação da tradicional visão finalista do Mundo”, um número cada maior de pesquisadores, ainda que por motivos dispares entre si, “contribuiriam para o encaminhamento de uma futura liberação da Ciência da tutela teológica ou religiosa” (ROSA, 2012, p. 21).

Partindo do pressuposto acima mencionado objetivamos entender a construção da nosografia colonial, da América portuguesa: do século XVI – nas narrativas de viajantes e religiosos – a um período da moderna ciência legitimada por naturalistas e estudiosos da Filosofia Natural do Novo Mundo – séculos XVII e XVIII. Na segunda metade do século XVIII e início do século XIX já se tem um quadro de moderna ciência que classifica e cataloga a colônia de além-mar.

No século XVIII a ciência Moderna daria seu grande salto graças a uma herança de longo tempo construída. O grande acervo de informes acumulados desde os grandes “descobrimientos” foi habilmente analisado e utilizado pelos pensadores e filósofos naturais adequando-os à nova proposta de sociedade, de mundo, enfim à nova proposta de homem. O desenvolvimento científico do contexto iluminista encontraria uma maior possibilidade de mudanças filosóficas e conceituais na proposta dos pensadores do século das luzes. É quando a racionalidade iluminista se apropria da Ciência vinculando-a ao Homem e à Sociedade e a partir de então os seus destinos serão decididos nos laboratórios (ROSA, 2012).

A primeira expedição financiada pela Metrópole portuguesa, para investigação e catalogação da América portuguesa, foi liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira doutor em Filosofia Natural que permaneceu na colônia de 1783 a 1792 a serviço da Coroa portuguesa. A expedição foi batizada por seus idealizadores “Viagem Philosophica”.

Instigados pelo sentido que envolve a palavra *filosofia*, quando nos debruçarmos num estudo mais detido acerca do sentido para a palavra “Philosophia Natural” no século XVIII, deparamos com a repercussão que a “Revolução Científica” produziu não apenas nos meios acadêmicos e nascentes comunidades científicas através das publicações, mas principalmente numa nova ordem mundial de política econômica

administrativa. Uma imbricação de acontecimentos da época sugeria novas teorias, novos métodos dentro da História Natural – que até então era essencialmente enciclopedista – e direcionava para os estudos de *Philosophia Natural*, fazendo descobrir a botânica, a zoologia e a mineralogia com a superação dos acirrados debates acerca do providencialismo estático teológico ao inserir-se a temporalidade na História Natural.

Não se pode negar, portanto, que ao lado de sua função de naturalista, Alexandre Rodrigues Ferreira tinha a incumbência primeira de promover a economia social, um direcionamento da ciência a serviço do Estado financiador das expedições. É desse valor que se reveste, em muitos aspectos, o sentido da *Viagem Philosophica*, com algumas contradições, entre as cartas oficiais trocadas com os Governadores das Capitanias ou o Ministro Ultramarino de Portugal e as memórias ou monografias a respeito de suas observações. Ao mesmo tempo seu conhecimento de naturalista se impõe quando, por exemplo, se refere à necessidade de desbastar as laranjeiras e as pacoveiras [bananeira] que assombram as casas situadas ao nascente e “roçar as aldeias” e/ou povoações, não apenas por considerar a ordem ou a segurança da população – que corre o risco do assalto do gentio e dos animais ferozes, como seja a onça –, mas como medida de saúde (SANTOS, 2009).

Sobre as águas dos rios, o naturalista observa que “carreiam” muitas substâncias “nocivas”, e os moradores das margens dos rios banham-se e bebem-na sem esperar que a “viscosidade carregada” pela correnteza dos rios, se assente nos potes. Uma total ausência de cuidados sanitários contribui “as imundicies que n’elles despejam” e não é de se estranhar que suas vidas corram tanto perigo. Observa, ainda, que adquiriam gêneros alimentícios de negociantes inescrupulosos e a qualidade de vida do nativo ou morador da colônia sofria os reveses da carência sanitária, pois consumiam víveres embarcados para o consumo do Estado “repassados sem qualquer cuidado ou higiene; não sendo poucas as barricas de farinha, ou podres, ou falsificadas com gesso” (FERREIRA, s/d, p. 746).

Em correspondência expedida a 17 de fevereiro de 1784, por exemplo, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira encaminha carta ao Vigário responsável pela capital da Capitania de São José do Rio Negro, Barcellos, para reiterar o pedido de medidas para a instituição de um cemitério na vila, porém, fora da igreja, por considerá-la demasiado úmida e pequena para sepultar os mortos – que fossem dentro ou no seu Adro. Um pedido anterior já fora feito pelo procurador Gabriel Ribeiro sem êxito para

impedir “uma epidemia brotada daquelles corpos mal desfeitos, pela humidade da terra e assim o permittir, não redundasse incomparavelmente em maior, e mais agigantado beneficio do bem comum [...]”. O filósofo natural argumenta o excesso de umidade do solo tropical na região amazônica e, nesse caso, explicita que “os cadaveres que n’elles se sepultam, com dificuldade se comsomem”. Acusa a atmosfera da igreja de “intolerável” porque antes que um corpo se decomponha é preciso revolver a terra para outros sepultamentos: “O terreno é muito húmido; e os cadaveres que n’elles se sepultam, com dificuldade se comsomem” (FERREIRA, s/d, p. 312).

Também nesse caso a ciência desloca a morte das tradições populares para o saber médico, e aqui cabe esclarecer que a colônia era parte de um Ocidente cristão, território de onde se irradiaria a nascente ciência moderna, ambiente que trazia as experimentações de mudanças para costumes seculares. “Não me interessa aquilo que já foi feito; interessa o que se pode fazer”, afirmou Francis Bacon. Uma mudança de costumes se processava desde o século XVII e o fechamento da igreja como cemitério para sepultamento dos fiéis era parte desta mudança. Na representação cristã do Ocidente sepultar seus fiéis dentro da igreja era ritual que fazia parte da salvação de suas almas. Essa preocupação contrária a uma tradição milenar ganha legitimidade no discurso médico higienista a partir do século XVIII; os sepultamentos no interior das igrejas ou dentro das cidades são considerados costumes funerários altamente prejudiciais à saúde (REIS, 1991).

Como na única Igreja desta Villa, e em seu Adro, apenas se abre uma sepultura, sem que se cave, e se perturbe também os corpos dos que n’ella descansam em paz, ainda no curso da sua corrupção, e sem que se descubra um só, cujos ossos humilhados não tenham ainda parte de suas carnes, do que pode igualmente resultar grande perigo aos que formam o sepulchro, e frequentam a Igreja: considero ser muito conveniente para a conservação, não só da saúde dos vivos, como do repouso dos mortos, que se faça um cemiterio. Se VV. MM. consideram o mesmo, podem attendendo ao bem publico, arbitrar um terreno habil ao mesmo cemiterio, ordenando-lhe uma facil cercadura, que o distinga, e defenda; eu não faço senão representar a necessidade: VV. MM. com tudo mandarão o que forem servidos. Barcellos a 17 de Fevereiro de 1784. (FERREIRA, s/d, p. 312).

Alexandre Rodrigues Ferreira recebeu do Ouvidor a autorização para a instituição de um cemitério fora da vila e a ordem era de que fosse devidamente cercado para impedir a violação por parte dos animais e que nem mesmo sob o pretexto de chuva era

permitido, ao vigário, o sepultamento dos corpos no interior da igreja devendo o mesmo acompanhar o féretro, “concorrendo sua presença para os procedimentos usuais”. Como novidade trazida da Europa, a nova ordem separava os mortos dos vivos definitivamente; a reordenação do espaço, até então ocupado pelos mortos, estabelecia uma nova geografia urbana, mas como metodologia da ciência moderna, somente no século XIX seria devidamente oficializada. Em finais do século XVIII, no que se refere à saúde da colônia, o levantamento estatístico da população amazonense de nativos aldeados, desde o século XVII, apresentava uma mortalidade de proporções alarmantes.

É, portanto, perceptível a construção de valores que se encaminham para a moderna ciência nas narrativas dos séculos XVII e XVIII. As comparações de imagens americanas com imagens ocidentais presentes nos autores europeus são parte de uma necessidade de reafirmar ideias e ideais consolidados no Velho Mundo. Alexandre Koyré (1991) responsável por importante estudo acerca da “Revolução Científica” e seu conceito, admite que de longa data fora preparado o advento da moderna ciência, mas somente no limiar do século XVII se expressa em sua condição revolucionária. O *Sistema Naturae* (1735) do sueco Linnaeus – hoje largamente empregado por botânicos e zoólogos – era manual de frequente consulta do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, compondo a pequena biblioteca e que juntamente com a pequena botica eram parte dos provimentos da expedição *Viagem Philosophica*.

O naturalista, ao estudar os registros históricos dos dados censitários desde 1621, achou por bem anexá-los ao seu trabalho de inspeção e atribuiu a mortalidade dos índios ao próprio tratamento que recebiam quando aldeados e exerciam função de “remeiros” – trabalho que executavam a partir dos quatorze anos. Suas estimativas são de que uma expedição podia dizimar quase que a equipe inteira. Ficar no povoado significava ser restringido a uma ração diária de alimentação que ele qualifica de “ordinária” – feita a pão e água; “não do nosso pão de farinha de trigo, mas de farinha de mandioca em água, a que aqui chamão ticoara, ou beijú, desfeito n’ella, a que chamão no Rio-Negro caribé” (FERREIRA, s/d, p. 76).

Certamente a “maniba” ou mandioca fazia parte da dieta alimentar do índio, mas sempre estivera associada a outros recursos de alimentação, igualmente retirados da natureza; uma vez aldeados, restringia-se a dieta alimentar dos nativos, distanciado de sua interação com o ecossistema, o que os enfraquecia gradativamente: Para o naturalista “elles não morrem á mingua de repente”, mas debilitados pelo trabalho e um jejum

cotidiano que “insensivelmente lhes propina a morte em diversos tragos; chega a doença, que há muito está forjada, e n’este caso os directores não os tratão, como os tratavão os seus padres”, até porque “não ha botica na povoação, provida ao menos dos remedios os mais domesticos, nem ainda que a houvesse, sahiria sempre bem succedida uma applicação vaga e arbitraria” (FERREIRA, s/d, p. 76).

No trabalho cotidiano do indígena aldeado a doença se instalava silenciosamente, minando suas forças, sendo que nada podia ser feito, pois “os directores não os tratão, como os tratavão os seus padres” uma vez que os povoados não estão abastecidos nem mesmo de remédios domésticos. Outro fator de alto índice de mortalidade do “gentio” era a chamada epidemia de bexigas – a varíola. Esse diagnóstico no momento de sua análise, o naturalista diz tratar-se, na verdade, de uma epidemia de sarampo, cujo contágio, bastante sentido, faz dos índios em particular, vítimas fatais. Os registros censitários⁸ consultados por Alexandre Rodrigues Ferreira mostram que, desde 1621, a população nativa vinha sofrendo baixas devido às frequentes epidemias. Em 1740, o contágio repetiu-se com muitas vítimas, principalmente no sertão.

Estudando o contágio que em 1740 fez muitas vítimas – principalmente no “sertão” – o naturalista informa que um padre carmelita salvou um grande número de pessoas porque “fez inocular”. Do procedimento, afirma que a experiência foi bem-sucedida no Estado, resultado da filosofia natural de uma Europa “Culta”. Referia-se ao princípio chamado linfa vacínica, ou o procedimento de auto-contágio, introdução da enfermidade por enxerto, quando a única erupção era a vesícula correspondente ao ponto de “vacinação”; um procedimento que foi substituído com a vacina antivariólica em fins do século XVIII (1797) quando o estudioso Jenner fez observações a partir das inoculações sucessivas denominada vacinação “braço a braço” (FERNANDES, 1999).

No século XIX as doenças transmissíveis eram estudadas segundo divisão que as classificavam em basicamente dois grupos: ao primeiro grupo pertenciam as doenças consideradas “infecciosas (ligadas aos miasmas, portanto às condições climáticas, às estações e aos lugares, cujo exemplo mais conhecido continua a ser malária)” e ao segundo grupo “as doenças que se transmitiam no contato direto com o doente, ou com os objetos (roupas de cama, louça, roupas) contaminados por suas secreções”. Neste caso, a vacinação “jenneriana, inoculação de matéria infecciosa de pústulas de vaca,

⁸ Históricos do Maranhão.

praticada com sucesso num grande número de países, pôde evidenciar a universalidade do princípio do contágio” (LÖWY, 2006).

Nos séculos XVII e XVIII registram-se períodos de epidemias em alguns momentos descritos de forma alarmante, como, por exemplo, as epidemias de 1720 e 1740, que assolaram as capitanias de São José do Rio Negro e Grão Pará. Nesse período, os hospitais de Belém do Pará, em número de quatro, não foram suficientes para acomodar os doentes indígenas que estavam a serviço da coroa. Em suas anotações ou memórias o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira afirma que regiões habitadas pela população nativa, depois do surto epidêmico, encontravam-se povoadas de ossos e dificilmente se abria uma sepultura para apenas uma vítima. Não bastasse a doença, sobreveio a miséria, a falta de alimentos. E “a penúria foi tão grande na cidade, que não havia com que sustentar os sãos, e que faria os doentes! Para estes era grande felicidade achar uma galinha pelo peso de uma oitava de ouro” (FERREIRA, s/d, p. 77).

Não por acaso, também nesse campo da ciência, o encarregado por Sua Majestade da história “Philosophica” e política dos estabelecimentos portugueses, Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, cuidou de trazer os esclarecimentos necessários. As doenças que acometiam o morador nativo ou europeu na colônia, dele mereceram atenção e porque sua inexperiência de naturalista recém-chegado da Europa impedia-o de entendê-las – e ainda mais as prescrições dos fármacos tropicais –, em carta dirigida ao médico do Grão Pará, Antônio Joseph de Araújo Braga, solicita-lhe um tratado das enfermidades endêmicas e epidêmicas “do paiz”, por considerá-lo mais apto às observações pelo exercício da profissão na capitania e que assim sendo, suas anotações literárias juntar-se-iam às dele. De antemão, afirma que das informações que coletou e observou confirmaram-se as enfermidades descritas por Willian Piso, na sua obra *Brasilia Medica*.

Digne-se Vossa Mercê instruir-me não só na qualidade das enfermidades, que há seis annos a esta parte tem observado na capitania, mas tambem na dos corpos naturaes, ou sejam animaes, ou plantas, ou mineraes; os quaes applicados ao corpo humanos primeiramente, e depois d'elle ao dos animaes uteis, ou lhe conservam a saude, si estão sãos, ou os restituem a ella, si estavam enfermos. Confio tambem, que não duvidará Vmc. Communicar-me a historia dos venenos e seus antidotos. [...], vide que desde agora me antecipo a ser de Vmc. muito attento venerador. Barcellos, 20 de Fevereiro de 1786. Alexandre Rodrigues Ferreira (FERREIRA, s/d, p. 744).

Um longo tratado de investigação médica do século XVIII foi anexado às remessas da *Viagem Philosophica*. As observações e estudos enfatizam primeiramente as condições climáticas, um dado em comum às outras capitanias da região Norte e Oeste que, por essa razão, recebem a mesma prescrição médica. Concluem que no que diz respeito à disseminação das doenças, embora os rios sejam grandes, não há nisso impedimento para que suas águas se tornem veículo de disseminação das doenças, que os moradores ribeirinhos sem nenhum cuidado banhavam-se e faziam uso da água para tudo, inclusive bebiam-na.

Ilana Löwy (2006) assegura que o saber sobre as doenças sempre estivera entre dois polos da avaliação e observação dos estudiosos: a unicidade e a diversidade das manifestações mórbidas. No primeiro caso de unicidade seria uma constatação de que “todos os seres humanos partilham da mesma estrutura anatômica, têm os mesmos humores” e posteriormente a constatação de que também compartilham os mesmos “mecanismos fisiológicos e bioquímicos de base”; essa universalidade foi advogada pelo estudo das grandes epidemias que atravessaram os continentes. No caso da diversidade a observação constatou que “numerosas afecções estiveram ligadas a sítios geográficos precisos e/ou tiveram reputação de estarem limitados a determinadas subpopulações”. Evidentemente tais afirmativas não eram distinções inflexíveis, mas dependendo da época ou do lugar o saber sobre as doenças podia estar na unicidade ou na diversidade. O desenvolvimento da ciência médica do século XVIII estendendo-se para o século XIX deu preferência para a unicidade e propuseram explicações causais únicas no conjunto de “estados patológicos [...]. Essas causas únicas demandaram remédios uniformes”; foi assim, por exemplo, que a sangria esteve prescrita de Broussais aos seus alunos como tratamento universal para todas as doenças (LÖWY, 2006, p. 23).

As verminoses amiúde faziam suas vítimas, principalmente entre as crianças: “Eu as tenho visto no ventrículo, e nos intestinos em tanta quantidade que, ainda depois de mortos os que as tinham, as lanço pela boca, e, pelo nariz, e algumas d’ellas de tão extraordinária grandeza [...]”. Das febres, pôde constatar que, em se tratando dos brancos, “quando se constipam, qualquer sudor de agua quente basta”; em suas observações o naturalista afirma que “os brancos não têm a cutis tão solida como os indios e os pretos, o quaes não só carecem dos pellos e da mesma porção escamosa, e das rugas, ou silhões que regram a materia da transpiração, mas tambem são tão lisos por toda a superficie do corpo [...]”. Da mesma forma constata a má sorte que aguardava o

nativo em se tratando das “bexigas”. Sobre a enfermidade, conclui que “a natureza pretende expelir para fora do corpo, encontrando os embaraços da pele do nativo, retrocede para dentro e depois de algum tempo morrem” (FERREIRA, s/d, p. 749-50).

Estudioso da obra de Willian Piso, Alexandre Rodrigues Ferreira refere-se às enfermidades que acometem as populações ribeirinhas, descrevendo-as como:

[...] febres quotidianas, terçans e quartans, com as mais intermitentes, verdadeiras, espurias, não n'esta villa [Barcelos], mas nos rios confluentes da parte superior d'este em que estamos [Alto rio Negro]: e geralmente as cephalalgias, hemecranea, opthalmias, odontalgias, cardialgias; alguns estupores, os pasmos, os catarrhaes, as obstrucções das visceras, a hydropsia, a palpitação do coração, as lombrigas, os fluxos do ventre, o tenesmo, a cholera, a desynteria, o fluxo hepatico, as ulceras, e inflamação do annus, e na classe das contagiosas, as bexigas, o sarampo, a qualidade celtica, as empingens, os herpes miliares etc. (FERREIRA, s/d, p. 743-44).

Na investigação da geografia médica, o naturalista analisa a cidade de Belém do Pará como cidade portuária agravada pelo entorno pantanoso, cercada de espesso matagal banhado pelo mar – referia-se ao mangue. Em outro extremo da cidade existia um “cortume tão nocivo pelos seus vapores e em cujo centro existe um forno de cal; o que tudo influe sobre a malignidade da sua atmosphaera, particularmente nos mezes em que não reinam os ventos gerais [...]”. (FERREIRA, s/d, p. 750). Não bastassem tantas condições para a insalubridade da cidade, estas eram agravadas pelos ancoradouros que recebiam as embarcações que vinham dos portos de Cabo Verde, Bissau, Caxeu, Angola e Benguela trazendo escravos que sem quarentena alguma seguiam para as casas de seus senhores carregando consigo contágio de enfermidades que atravessavam o oceano. Esqueciam-se o naturalista Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e o médico Dr. Antonio Joseph de Araújo Braga de estenderem suas considerações acerca desta geografia das doenças, aos países da Europa, de longo tempo fazendo aportar no Novo Mundo um grande contingente predador.

No anexo solicitado pelo naturalista, o médico da capitania do Grão Pará inicia seu tratado de enfermidades relacionando-as ao clima. Relata a atmosfera dos trópicos quente e excessivamente úmida dada por uma vegetação abundante e inúmeros rios. O dossel de altíssimos arvoredos contribui para a ausência de sol e ventilação, favorecendo uma atmosfera carregada de miasmas, devido às anuais enchentes que carregam cadáveres de “[...] quadrupedes, aves, peixes, amphibios, insectos e vermes, os quaes

misturados com as raízes, troncos, ramos e folhas das árvores que caem, ou apodrecem, alli ficam encarcerados até que o calor do sol lhes volatise as partes mais subtis, e as espalhe pela atmosphaera [...]” (FERREIRA, s/d, p. 746); causando – segundo o tratado de observação médica – as diversas enfermidades, na população branca, negra e nativa, mas com maior prejuízo destes últimos. Afirma ainda que, nas águas dos rios que carregam tantas substâncias “nocivas”, banham-se e bebem-na sem esperar que a viscosidade carregada pela correnteza dos rios se assente nos potes.

Somente no final do século XIX surge uma medicina tropical resultante da adaptação das “ciências pasteurianas”. Hoje, quando se fala em medicina tropical ela é associada às descrições das doenças transmitidas por vetores intermediários (os insetos, os moluscos ou os vermes) e esses, por sua vez, são associados aos climas quentes das regiões colonizadas. É preciso lembrar que a expansão colonial antecede em muito a teoria microbiana da doença. Enquanto a medicina tropical ainda não fora construída e afirmada pelas comprovações laboratoriais, nas colônias o saber médico diagnosticou e medicou as doenças dos climas quentes (LÖWY, 2006).

Alexandre Rodrigues Ferreira narra que à entrada do rio Mamoré o desenhista “riscador” Joachim Joseph Codina que acompanhava a Expedição foi “O primeiro que enfermou gravemente de Sezoens” e ao chegarem ao Forte da Beira estavam todos doentes, inclusive o próprio naturalista e todos receberam os cuidados do médico enviado pelo governador da capitania do Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres: “Os Desenhadores enfermarão de sorte, que eu já não contava com elles, principalmente com o Freire, a quem não houve mollestia, que não sobreviesse, como forão sezoens, corrupção”.⁹

O naturalista descreve as doenças que vitimavam seus ajudantes e em seu diário registra que o jardineiro Botânico conquanto tenha sido o último a adoecer faleceu em seus braços “acometido de huma tão forte corrupção”, que nenhum medicamento conseguiu a cura por mais bem assistido que tenha sido por cirurgiões, medicamentos,

⁹ Corrupção refere-se à enfermidade bastante peculiar, por diversas vezes narradas nas descrições de viajantes naturalistas do século XVI ao XIX. Entre os médicos acometidos pelo mal do Macúlo ou corrupção, destaca-se o próprio Guilherme Piso, no “*Brasilia Medica*”, que trata das enfermidades tropicais e descreveu-a com certa discricção – talvez devido ao despotismo de uma terapia desumana com a qual tratavam aos acometidos pela doença. Sua sinomínia: Malum ani, Inflammatio ani, Mal-del-culo, Macúlo, Bicho, Mal-do-bicho, doença-do-bicho, Bicho-de-Corrupção, Corrupção, Corrupção-do-bixo, Largura, Sêssou, Caribi ou moléstia-dos-indios, Teicuára-oçu (PISO, 1948).

alimentos e os cuidados dispensados pelo governador para que nada lhes faltassem (LIMA, 1953, p. 295).

Em seus relatos da *Viagem Filosófica* Alexandre Rodrigues Ferreira refere-se à enfermidade denominada “corrupção” como “espécie mórbida”:

E porque tenho falado do bixo, que todo mundo sabe, que não é mais do que uma corrupção que procede de um virus demasiadamente acre, o qual se lança sobre o esfíncter do anus, e tocando-o ingratamente o priva da sua elasticidade, [...]”. Do medicamento, todos os viajantes naturalistas ou não, são unânimes na única prescrição passível de reverter o quadro da enfermidade que variam mais ou menos em torno de uma mistura de: “o gengibre, a pimenta, malagueta em pó, misturada com sal commum, o enxofre, e a polvora”, desta mistura aplicam-na com o auxílio dos clisteres ou se a “corrupção”, encontra-se em estado avançado com “á massa composta dos mesmos simplices, [...], que introduzem no annus” (FERREIRA, s/d, p. 756-57).

Até a primeira metade do século XX, esta enfermidade ainda era registrada na Amazônia, não havendo estudos conclusivos sobre o que seria ou o que causaria tal doença. Sabe-se que nos períodos de colonização da África os relatos dos viajantes e naturalistas também descrevem enfermidade com os mesmos sintomas. As práticas indígenas em relação ao seu ecossistema, seguramente foram incorporadas aos conhecimentos da medicina europeia,¹⁰ embora algumas delas tivessem todos os requisitos para alarmar e escandalizar o colonizador, como bem afirmou Sergio Buarque de Holanda (1957). Aliás, a materialização das doenças em bastonetes, pedras de rios ou unhas de animais pelos pajés, foi apenas um primeiro passo para uma medicina escatológica, como o tratamento prescrito para o maculo ou corrupção.

Quando a expedição liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira chega ao Forte Príncipe da Beira também o governador da capitania de Matto Grosso encontrava-se bastante enfermo e por essa razão, preparava o irmão João Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres para substituí-lo enquanto retornava a Portugal para receber cuidados.

¹⁰ Um fato comprobatório da afirmativa acima, encontramos-lo nas prescrições médicas europeias de fitoterápicos com denominações que escondiam sua origem americana como, por exemplo: *pó dos Jesuítas*, *Água Inglesa*, nomes que dissimulavam o uso da quina (*Chinchona*). A *Chinchona* ou quina trata-se de várias espécies de arbustos sul-americanos da família das *rubiáceas* e cujas cascas são ricas em quinina. Como é de conhecimento, foi a Condessa D’El Cinchon, vice-rainha do Peru, que, tendo sido curada das suas febres intermitentes pela quina, a mandou para a Europa, onde seu uso se generalizou na segunda metade do século XVII. Descoberta pelo uso que dela faziam os índios, os médicos europeus passam a prescrevê-la na ocorrência de febres inflamatórias, contínuas, crônicas, intermitentes e regime profilático.

Segundo o naturalista, uma infelicidade a de chegarem a Villa Bella¹¹ em momento tão difícil, “quando ella se achava atacada das horrorosas Epidemias de Catarraes, sarampos, garrotilhos, pontadas e Desynterias; de sorte que houverão dias, em que no Cemiterio desta villa se sepultarão nove, e dez falecidos”. O naturalista informa que no período de seis meses dois pequenos Arraiais da capitania (Santa Anna e Pilar) registraram 75 óbitos e acrescenta: “Pelos mesmos matos, morrerão Antas, Pórcos, veados, bêstas muares, e cavalaes; e até Aves, que se acharão mortas” (LIMA, 1953, p. 295).

Entendiam, por fim – Alexandre Rodrigues Ferreira e o Dr. Antonio Joseph de Araujo Braga –, que das várias enfermidades que acometiam os moradores da região amazônica, em outras regiões do Brasil encontravam-se similares – ainda que nomeadas segundo os costumes dos diferentes lugares –, algumas doenças dignas de nota, como por exemplo, as febres palustres, conhecidas no Mato Grosso como “carneiradas” e a discutível “corrupção” ou *maculo* – mencionada anteriormente. Tais doenças, porque não tivessem as características das enfermidades dos climas temperados – ao que podemos acrescentar as causadas por animais peçonhentos, insetos sifonáptero como o “bicho de pé” [ou *Tunga penetrans*], verminoses, feridas, úlceras ou as paralisias que chamavam bereberium [beribéri] –, constituíam-se em verdadeiros enigmas, para os quais os tratados de medicina da escola europeia não os haviam preparado. Em alguns momentos aqueles que nem sabem ler ou que nunca frequentaram um hospital associarão práticas reminiscentes do Velho Mundo ao xamanismo do nativo. Com os nativos é possível conhecer “as virtudes das plantas”, as características de cada uma das enfermidades sendo que para algumas haverá “uma herva occulta, e um segredo pratico, que os empiricos do paiz o entendem” (FERREIRA, s/d, p. 756).

Considerações finais

É indiscutível a suscetibilidade da população nativa da América às infecções do Velho Mundo que aqui aportaram com a chegada do europeu. Durante milênios a América esteve ilhada, separada do Velho Mundo pelo oceano. Antes da chegada do europeu a população nativa americana não conhecia enfermidades em grande escala epidemiológica. A condição geográfica, o longo período de isolamento e a conspiração de fatores naturais os transformaram em uma ilha genética. O isolamento pouco a pouco

¹¹ Atualmente Villa Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso.

os fez produzir certa imunidade para algumas doenças que tenham trazido ao chegarem a América; os patógenos, desprovidos de hospedeiros ou impedidos pelos fatores ecológicos, pereceram. Assim, Alfred Crosby afirma que:

Devemos examinar a História Colonial dos patógenos do Velho Mundo. Seu sucesso se constitui um dos exemplos mais espetaculares do poder das realidades biogeográficas subjacentes ao êxito dos imperialistas europeus do além-mar. Foram os seus germes – e não os imperialistas em si, a despeito de toda a sua ferocidade e desumanidade – os principais responsáveis pela devastação dos indígenas e pela abertura das Neo-Europas à dominação demográfica (CROSBY, 1993, p. 175).

São inúmeros os relatos de nações inteiras dizimadas por patógenos que atravessaram o oceano. Alfred Crosby (1993) afirma que os nativos da América conheciam algumas doenças como: o purupuru, a boubá, a sífilis venérea (*morbis galicus*); a hepatite, a encefalite, a pólio, algumas variedades de tuberculose – as não associadas a doenças pulmonares – e parasitos intestinais, mas desconheciam doenças como a varíola, sarampo, difteria, tracoma, coqueluche, catapora, peste bubônica, malária, febre tifoide, cólera, febre amarela, dengue, escarlatina, disenteria amébrica, gripe entre outras enfermidades, que para o nativo podiam ser fatais.

Francisco M. Salzano (2002) refere-se a uma discussão antiga sobre a ocorrência da sífilis, da tuberculose e da doença de chagas na população indígena pré-colombiana. A sífilis em revisão criteriosa dos dados disponíveis, aponta para evidências presentes nos esqueletos ameríndios analisados, mas trata-se de uma forma não venérea de infecção *Treponemica*, no continente antes de 1492.

A *Sífilis venérea* parece ter sido a única exportação de maior importância, no que diz respeito às doenças que atravessaram o Atlântico no sentido do Novo para o Velho Mundo. Alguns estudos recentes afirmam que a sífilis importada pelos brancos teria na Europa sofrido mutação. Segundo Papavero et alii (1995) o aparecimento da *Sífilis* em Barcelona coincide com a chegada de Colombo – de sua primeira viagem às “Índias Ocidentais”. Passado o primeiro momento dos festejos em homenagem ao navegante, surgiu uma epidemia ligada às práticas sexuais, epidemia que se expandia com incrível rapidez e sem distinção de classe social, vitimando homens comuns e nobres. E de tal forma cresceu o número de vítimas que em 1494 quando o exército francês de Carlos VIII sitiava Nápoles, os soldados foram atingidos pela *sífilis*. Dada a proporção alarmante da doença, o rei obrigou-se a dispensá-los. Em consequência, a enfermidade disseminou-

se por vários países da Europa. Objeto de estudos por vários médicos da época, a temida doença ficou conhecida por nomes como: “mal francês” (*morbus galicus*), “mal napolitano” ou “mal gálico”. Mas ao que parece, Gonzalo Hernández de Oviedo y Valdés, que também assistiu as comemorações à chegada de Colombo e as primeiras aparições da doença, foi o primeiro a fazer associação da doença com a “descoberta” do Novo Mundo. (PAPAVERO, 1995, p. 57-61).

Com base nos estudos de Francisco M. Salzano (2002) outras pesquisas são indicadores de que no Brasil também não há a existência da forma típica do bacilo da tuberculose em populações indígenas não aculturadas. Dessa forma, quando se estuda o desenvolvimento da tuberculose na população indígena Francisco M. Salzano refere-se ao trabalho de Miranda (1985) para quem há uma probabilidade bastante assertiva de que dois dos importantes jesuítas catequizadores que vieram para o Brasil no processo de colonização, Manuel da Nobrega e José de Anchieta, eram portadores do *Mycobacterium tuberculosis* ou bacilo de Koch e teriam sido responsáveis pela morte de inúmeros indígenas aldeados pelo trabalho de catequização (SALZANO, 2002).

A dispersão territorial fracionada demograficamente e a ausência de animais domesticados (zoonoses), permitiu que o colonizador encontrasse uma população nativa vulnerável ao choque epidemiológico das pandemias que o Velho Mundo há muito conhecia (ALENCASTRO, 2000). O que aconteceu após os primeiros contatos desde o encontro do Velho Mundo com o Novo Mundo não difere muito de região para região no continente. Com a degradação das condições sanitárias da população indígena sua vida muda consideravelmente e uma sequência de epidemias se instala com taxas de mortalidade assustadoras. Para Francisco M. Salzano (2002) recuperar essa condição instalada pelo processo de conquista é lento e dependerá de alguns fatores entre eles o tamanho do grupo – alguns definitivamente extintos. Mas, para solucionar problemas que estão postos há longo tempo dever-se-á incluir a Ciência e o beneplácito da medicina moderna.

Ainda que as histórias epidemiológicas das colônias sejam fragmentadas e quase nunca descritas com detalhes, uma vez que os primeiros viajantes e cronistas desconheciam os germes e deram às doenças epidêmicas uma razão sobrenatural; ainda que nos séculos XVIII e XIX naturalistas ou médicos chamados “teóricos climáticos” ressaltassem as diferenças raciais e ponderassem sobre as diferentes formas que as doenças acometiam esses grupos, não resta dúvida que o Dr. Alexandre Rodrigues

Ferreira, assim como outros filósofos naturais, assistiram à proliferação de patógenos entre pessoas que nunca haviam sido expostas anteriormente, fenômeno ao qual Crosby se refere como “epidemia em solo virgem” contrariando a pseudo-fatalidade da geografia ou do clima da América.

Referências

ALENCASTRO, Luís Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ASSUNÇÃO, Paulo. **A terra dos brasis: a natureza da América portuguesa vista pelos primeiros jesuítas (1549-1596)**. São Paulo: Annablume, 2000.

CAPEL-SAEZ, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América**. O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Guerra Villa-Lobos. Maringá: EdUEM, 1999.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**. A expansão biológica da Europa: 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

FERNANDES, Tania. Vacina antivariólica: seu primeiro século no Brasil (da vacina jenneriana à animal). **História, Ciência, Saúde Manguinhos**, v. 6, n. 1, Rio de Janeiro, mar./jun. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S010459701999000200002>>. Acesso em: de 2013.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 (Coleção Documentos Ilustrados).

KOYRÈ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LIMA, Américo Pires de (Org. dos documentos). **O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira**. República Portuguesa. Agência Geral do Ultramar. Ed. Divisões de Publicações e Biblioteca, 1953.

LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

PAPAVERO, Nelson; LLORENTE-BOUSQUETS, Jorge; ESPINOSA-ORGANISTA, David. **Historia de la biología comparada desde el Génesis hasta el siglo de las Luces**. De Nicolás de Cusa a Francis Bacon (1493-1634). México: Ed. Universidad Nacional Autónoma de México, 1995, v. III.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: a ciência**. V. 02, Tomo I. Brasília, DF: Ed. FUNAG, 2012.

SALZANO, Francisco M. O velho e o novo: antropologia física e história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes; SANTOS, Christian Fausto Moraes. Um iluminista na América portuguesa: as memórias do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII. In: LANSAC-TÔHA, Fábio Amodêo; BENEDITO, Evanilde; OLIVEIRA, Edson Fontes de. (Org.). **Contribuições da história da ciência e das teorias ecológicas**. Maringá: EdUEM, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Fontes impressas

BRIENEN, Rebecca Parker. **Albert Eckhout: visões do paraíso selvagem: obra completa**. Pedro Correa do Lago (Coord.). Rio de Janeiro: Capivara, 2010.

CARDIM, Fernão. **Tratado de terra e da gente do Brasil**. Introdução: Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: Editora José Leite & Cia, 1925.

DANIEL, João, Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. V.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. **Viagem filosófica ao Rio Negro**. Belém, MA: Círculo do Livro; Museu Emílio Goeld, [s/d] ou 1982.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz: tratado da terra do Brasil**. Introdução: Capistrano de Abreu. São Paulo: Obelisco, 1964.

LÉRY, Jean. **Viagem à Terra do Brasil**. Brasília: Biblioteca do Exército, 1961.

PAPAVERO, Nelson; TEIXEIRA, Dante Martins; PUJOL-LUZ, José Roberto. A fauna da Amazônia Brasileira nos relatos de viajantes e cronistas dos séculos XVI ao XVIII. 2. A viagem de Orellana rio Amazonas abaixo nos anos de 1541 e 1542 e a crônica de Frei Gaspar de Carvajal. **Separata: Revista Série História da História Natural (Contribuições avulsas sobre a História Natural do Brasil)**. Rio de Janeiro; n. 8, p.1-6, 1999.

PISO, Guilherme. **História natural do Brasil ilustrada em 1648**. São Paulo: Nacional, 1948.

THÉVET, André. **As singularidades da França Antártica**. São Paulo: Itatiaia, 1978.

TEODORO DE BRY. **América de Bry (1590-1634)**. Madrid: Ediciones Siruela, 1992.

Recebido em: 10 de maio de 2017.

Aprovado em: 15 de setembro de 2017.